

A verdade é o alicerce da autoridade

CATÃO

A voz de

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PORTE PAGO

(Preço avulso: 5\$00) N.º 719
ANO XXXVII 22/3/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

Tá todo o Mundo entendendo?

O reboliço já começou a estorvar a acção governativa. Os políticos sem ordem nem consideração por uma Pátria desarumada, em que a arruaça tem licença para se manifestar na rua, semeiam a peste moral e o desatino e, já fazem oposição por tudo e por nada.

Sem quaisquer sentimentos de Portugueses. Sem conservarem um pouco de orgulho na sua Pátria. E no meio de loucuras colectivas, fotografias a preto e branco com abraços com muita paz. E a desventurada Democracia vai enfraquecendo diante de tamanhos trabalhos e perigos, com a calúnia institucionalizada e a mentira tão livre que é um espanto.

Os justos, sedentos de justiça

O ALGARVE PRESENTE na IV Semana Portuguesa de Madrid

Por iniciativa do Centro de Turismo de Portugal em Madrid decorre de 20 a 24 de Março, no Hotel Meliá Castilla, na capital espanhola, a «IV Semana Portuguesa», com a qual se pretende uma motivação do público madrilenho para o turismo português. Tendo como aliciantes a gastronomia e os vinhos de Portugal ali serão servidas refeições com ementas baseadas na cozinha tradicional portuguesa. No mesmo local funcionarão pavilhões com artesanato e ampla documentação turística sobre o nosso País. O Algarve, considerando a importância...

(continua na pág. 7)

O «DIA DA PSP»

também foi assinalado em Faro

(VER PÁGINA 5)

Também a Família está em perigo?!

Pelo DR. JOSÉ VASCONCELLOS E SA

No intuito de participar no enredo com que se pretende disseminar o sublime conceito que é a Família, a que «O DIA» se opôs sem tibiezas através do seu sensato colaborador Adelino Alves e de alguns leitores, eis-me a entrar na liça.

Sou casado, há 23 anos e com

e rectidão, são falseados, esmagados, ridicularizados, num País onde a esperança falta e a verdade se esconde. As obras dos verdadeiros são sempre mal reconhecidas em vida. Para a maioria dos políticos, por mais democratas que se reafirmem, a livre expressão é uma afronta aos seus jogos políticos, às negociações entre elites, aos seus interesses e propósitos, pois os processos judiciais repetem-se por abuso de liberdade de imprensa. Incomodam! Os olhos que não são servís e os corações certos! Melhor seria não exprimir os paralelismos e os contrastes da classe política. O carácter oscilatório dos seus líderes. As alternativas sucessivas sem programação definida. A crise do Patriotismo. Uma Nação emboscada em vícios, onde se cometem grandes traições, onde os problemas postos pelo dia a dia de dúvidas e incertezas parecem acompanhar os desejos dos que pretendem a instauração de um regime autoritário. E então fazem-se greves sem razões históricas para acabar com o direito de greve. Fazem-se manifestações para ampliar os conflitos humanos e a insatisfação. Destroem-se

(continua na pág. 8)

QUARTEIRA dos anos oitenta

Estamos no último ano da década de 70. Há que augurar e prever o que poderá ser esta Quarteira nos próximos dez anos. Algo é previsível, no aspecto de crescimento, embora quase tudo esteja sujeito a dúvidas e incertezas provenientes de um passado e de um presente pouco abonatório, no que se refere a confiança nos responsáveis. No espírito dos quarteirenses, entrou de há muito a desconfiança, tanto nos responsáveis autárquicos, como governamentais.

Esta terra, que nasceu e cresceu sob o signo do desprezo, amparada pelas circunstâncias ocasionais, que quase nos levam a acreditar em milagres, não po-

LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA PROMOVE CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

Em resultado de uma reunião transcorrida em Lisboa no mês de Fevereiro último, a que compareceram os representantes dos Núcleos Regionais da Liga para a Protecção da Natureza, do Núcleo Português de Estudo e Protecção

(continua na pág. 7)

SERÃO INCOMPATÍVEIS as Finanças Locais e o Turismo Regional?

Suscitou controvérsia a tese da sobrevivência ou não da Co-

EMISSION REGIONAL DO SUL DA RDP debatido na Assembleia da República

No hemiciclo nacional, onde preferentemente os problemas de interesse comum devem sobrelevar as chicanas e os pleitos meramente políticos, foram abordadas as condições (deficientes) em que funciona o Emissor Regional do Sul da Radiodifusão Portuguesa. Mais uma vez, o deputado Jo-

sé Vitorino, representante do círculo do Algarve, interveio, como é seu timbre, para colocar os seus colegas parlamentares ao facto de anomalias que carecem de pronto remedeio.

Eis a exposição que apresentou:

(continua na pág. 2)



CRIAR CONDIÇÕES PAR O TURISMO REGIONAL

1) Nota Prévia

Desde já os Sociais Democratas querem deixar clara a profunda preocupação com que têm vindo a assistir a esta quase «guerra» que aos olhos da opinião pública surge entre o Turismo e o Poder Local no Algarve.

De facto, no nosso ponto de

(continua na pág. 4)

missão Regional de Turismo do Algarve, face à lei das Finanças Locais.

Sobre ponto tão melindroso é bom sempre auscultar explicações caldeadas por ponderada e desapassionada reflexão.

Eis aqui uma opinião, partidária, aliás uma posição, que nos parece oportuna intercalar numa discussão que tem vindo a assumir gradual estridência.

O teor é o seguinte:

RTI: DO «BURACO DA LEI» NASCE O «OVO DE COLOMBO»

■ ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CONDIÇÕES ALICIANTE

Era antecedido esperado em Lisboa um presidente da cadeia de televisão americana CBS. É que o interesse pela concretização da RTI já passou aos EUA, após se ter manifestado desde os países europeus mais desenvolvidos, como a Alemanha Federal e Inglaterra, ao longínquo mas poderoso Japão.

As condições dos três últimos países eram extremamente aliciantes: Toda a assistência e apoio

técnicos possíveis de fornecer actualmente, mediante condições de pagamento particularmente favoráveis — nada mais nada menos que prazos de oito anos.

A opção entre os vários siste-

(continua na pág. 2)

Reforma Agrária é tema controverso

(VER PÁGINA 3)

Jornadas Cooperativas das Caixas de Crédito Agrícola do Algarve

(VER PÁGINA 6)

ALBUFEIRA
em representação do Algarve
estará presente nos
«JOGOS SEM FRONTEIRAS»

(VER PÁGINA 5)

Emissor Regional do Sul da RDP

debatido na Assembleia da República

(continuação da pág. 1)

1.º — Considerando que em 17 de Outubro de 1978 o Partido Social Democrata fez uma intervenção nesta Assembleia em que se referiam genericamente algumas das mais graves deficiências verificadas no Emissor Regional do Sul da RDP, com sede em Faro e dando cobertura ao Algarve e Baixo Alentejo;

2.º — Considerando que, como se dizia na altura, as insuficiências quanto a pessoal, instalações e equipamento, quer técnico, quer de transporte, são bastante grandes, e que só conseguem ser superados pela boa vontade e sério esforço e sacrifício dos trabalhadores;

3.º — Considerando que, designadamente o estado em que se encontra o acesso a este Emissor é absolutamente lastimável, cheio de buracos e sem iluminação, o que é motivo de justa preocupação de quem lá passa durante a noite, em especial os trabalhadores da RDP;

4.º — Considerando as péssimas condições de instalações dos Emissores, autênticas «baracas», com perigo de deterioração de material pelas condições meteorológicas (designadamente pela elevada concentração de calor no Verão), e não garantindo ainda o mínimo de condições de trabalho;

5.º — Considerando o insuficiente número de trabalhadores que, no entanto, garantem, uma razoável cobertura regional, com mais de onze horas de emissão diária, pois apesar dos esforços para recrutar mais pessoal até agora isso nunca foi possível por falta de interessados;

6.º — Considerando que, independentemente de critérios gerais de actuação, com vista a garantir uma boa gestão da RDP a nível nacional, se terá de considerar devidamente não só o reduzido número daqueles que hoje trabalham no Emissor Regional do Sul como ainda o esforço despendido e a valorização adquirida;

7.º — Considerando que qualquer redução daquele número além das consequências graves,

em termos pessoais, em relação aos atingidos, iria ter como consequência uma pior cobertura radiofónica da região sul com imediato fim de alguns dos actuais programas, perturbando assim um trabalho que está em marcha e que se tem consolidado com grandes sacrifícios;

8.º — Considerando as graves carências de habitação no concelho de Faro, bem como em todo o Algarve, e que a RDP dispõe de terrenos próprios em que iniciativas de várias ordens podiam ser tomadas em vista de dar um maior apoio e ajuda os trabalhadores do Emissor Regional do Sul;

O Partido Social Democrata solicita através do Ministério da Comunicação Social e da Administração Interna as seguintes informações e esclarecimentos relativamente ao Emissor Regional do Sul da RDP:

a) Quais os planos e porque se espera para efectuar os melhoramentos que se justificam no acesso àquele emissor?

b) Em matéria de instalações e adequado equipamento técnico e humano que medidas se pensam tomar já que as deficiências como se disse são de toda a ordem e prejudicam o trabalho dos profissionais e a adequada cobertura radiofónica, nomeadamente da Região do Algarve?

c) Como encara o Governo a posição dos trabalhadores que, embora estando com contratos a prazo, (alguns deles com quase três anos de casa), são indispensáveis ao funcionamento do Emissor Regional que, mesmo assim, dispõe de um quadro de pessoal reduzido em relação ao trabalho desenvolvido?

xxx

Folgamos muito em ver agora assim tão activos os 2 únicos deputados do PSP pelo Algarve e lamentamos muito que os restantes 7 representantes da nossa província não se revelem assim tão dinâmicos no sentido de ajudar a resolver os nossos problemas.

Quarteira dos anos oitenta

(continuação da pág. 1)

que tudo dominam. Não fosse o receio do pecado, e diríamos também que outros monopólios tinham surgido, talvez herdeiros ou descendentes do tão condenado «Tenreirismo». Naturalmente, que estas linhas ao serem apreciadas por louletanos, não de ser entendidas como crítica destrutiva, ou roupa suja de «pasquins provincianos».

E nós responderemos, o que se tem feito em Quarteira nos últimos três anos que possa ser considerado como melhoramentos públicos? O alandamento de parte da Marginal? Sinceramente, é pouco! A uma dona de casa que apenas trata da sala de visitas, teremos de chamar estouvada e incapaz de mostrar os restantes compartimentos e essas mesmas visitas.

Que confiança nos mereceram os louletanos do passado, que

apenas vinham a Quarteira nos três meses de verão? A mesma que merecem os de agora, que embora se desloquem aqui no seu tradicional passeio domingueiro, à avenida, desconhecem a restante porcaria das travessas ao lado. O que se poderá esperar de uma Vereação que apenas conhece a estrada principal? Sem dúvida que muito pouco, talvez mais umas promessas, nas vésperas de eleições.

Que ambições poderão existir nos quarteirenses, quanto a obras de vulto financiadas por órgãos

centrais, se os responsáveis pelo Município não mostram o mínimo interesse em tal?

É pena, porque esta Quarteira, dada a sua situação geográfica, poderia dar o seu contributo a uma província que se quer desenvolver, que não pode parar, que quer acima de tudo, aproveitar as suas naturais condições turísticas. Mas nunca, com construções desordenadas, autênticos montões de ferro e cimento, destruidores de um tradicionalismo urbano.

É isto precisamente, que está acontecendo em Quarteira, onde mais de um terço do seu espaço está vazio, condenado a licheiras inaproveitáveis, sofrendo a concorrência desleal, dos arranha-céus, da ganância, do oportunismo, da incompetência de quem os consente!

Quando nos lembramos de que em Loulé, foi muito discutido o caso das cercas da Avenida e que foi negada a aprovação a um prédio com mais de quatro pisos, somos forçados a admitir que as leis são de funil e que a burocracia assentou de novo arraiais entre nós.

M. Faria

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO CONCELHO DE LOULÉ

ESTATUTO DO COMERCIANTE

Sendo do conhecimento desta Associação que a Direcção Geral de Fiscalização Económica (a quem incumbe a fiscalização do cumprimento das normas previstas no Decreto-Lei n.º 274/78) já deu início à sua actuação neste âmbito, aconselhamos a todos os nossos associados a estarem na posse de um dos seguintes documentos:

1. Certificado de Comerciante, emitido pela extinta Corporação do Comércio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261, de 23 de Fevereiro de 1968.

2. Duplicado do requerimento oportunamente entregue e autenticado pelo ex-Grémio, no qual solicitava a emissão do respectivo certificado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261 ou fotocópia deste documento, agora legalizado por esta Associação.

3. Certificado do Comerciante, emitido pela Direcção-Geral de Coordenação Comercial, ao abrigo, quer do Decreto-Lei n.º 22/78, de 25 de Janeiro, quer do Decreto-Lei n.º 247/78, de 22 de Agosto.

4. Declaração passada por esta Associação, comprovativa de que o comerciante indicado já tratou ou está a tratar, por intermédio dos nossos serviços, do processo necessário à emissão do Certificado do Comerciante, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 247/78.

Pela Comissão,
J. A. MATOS
(3-1)

PROPRIEDADE

Vende-se uma propriedade, com amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e boa terra de semear. (Próximo da Vila).

Tratar na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, 3 — LOULÉ.

(4-3-q)

PRECISAM-SE

Homens para trabalhar em serviço nocturno.

Resposta a este jornal ao n.º 44.

ALUGA-SE ARMAZÉM

Com 160 m2, no sítio da Goncinha.

Tratar com Dionísio Barros Viegas — R. Combatentes da G. Guerra, 22-1.º — LOULÉ.

(3-2)

CHEFE DE PASTELARIA

Precisa Hotel D. Filipa. Contactar pelo telefone 94141/2 — ALMANCIL.

(3-2)

VENDE-SE

Apartamento c/ salão e 3 quartos, cozinha e 2 casas de banho. Totalmente livre. Vendo, bom preço. Nesta redacção se informa.

RTI: DO «BURACO DA LEI» NASCE O «OVO DE COLOMBO»

(continuação da pág. 1)

■ O DIREITO DA QUESTÃO

mas de TV a cores existentes está no entanto ainda por fazer, sendo, entretanto, certo que se as condições dos países europeus e do Japão eram atraentes as oferecidas pelos EUA não o serão menos.

Refira-se que para além de televisão a cores, propõe-se a RTI produzir emissões radiofónicas, finalidade para a qual se candidatou já a frequência utilizada pelo extinto Rádio Ribatejo.

De qualquer modo, os seus associados, que se contarão por milhares, tal o sucesso da subscrição pública (recebida até agora e simplesmente por particulares) que decorre, fruição de especiais benefícios nos serviços comerciais da cooperativa — aliás comuns a sociedades deste tipo — tais como isenção de imposto de selo e de transacção no que toca a aparelhagens, discos, tele-discos e videocassetes.

Motivada, quicá, por interesses momentâneos e conjunturais dos titulares do executivo, a oposição à RTI iniciou-se sobre a capa de combate a «ilegalidade» e ou «inconstitucionalidade» utilizando também posteriormente argumentos menores — a falta de personalidade judiciária — assim que a questão foi levada a juízo.

A tal argumentação será em breve reconhecido, ou negado, valor jurídico, na 4.ª Vara Cível de Lisboa, onde o processo corre.

Facto é que, no tocante à questão de fundo, a constitucionalidade da existência de uma televisão independente do Estado, a razão da RTI, encontra, contrariamente à posição oficial, apoio bastante nos textos legais.

Efectivamente, a Constituição preconiza, tão-somente, no art.º 38.º n.º 6, que «a televisão não pode ser objecto de propriedade privada».

Se existissem apenas permitidos pela lei fundamental dois sectores de propriedade — o público e o privado — seria líquida, por exclusão de partes, a razão do Estado.

Mas não é assim. Existe, definido como sector autónomo — que não é privado; que é social sem ser público —, o sector cooperativo.

Aí o «buraco» de onde o «ovo de Colombo» (esta a ideia da RTI) surge e que a leitura do Estado não logra, no plano da argumentação tapar.

É que a lei é esta e não outra; existe um terceiro sector não abrangido pela proibição; o que torna diverso estatuir o monopólio da televisão pelo sector público da proibição da posse de cadeias de televisão por entidades privadas.

E se a Constituição permite a segunda leitura — que abre portas à cooperativa RTI, não comporta certamente a primeira — consagração de monopólio estatal.

Posto isto, e face à legislação vigente, parece apenas faltar para que a RTI seja realidade, que o argumento (atrás descrito) que alega em favor da sua pretensão seja reconhecida pelo tribunal.

É, pois, visível o optimismo com que os responsáveis da RTI encaram a decisão judicial. Optimismo que conduz a um incremento dos seus contactos com potenciais apoios técnicos estrangeiros, e à previsão de uma conferência de Imprensa, simultânea no Porto (Teatro Sá da Bandeira) e em Lisboa, em que esperam anunciar uma vitória de que não duvidam. (De «O Primeiro de Janeiro»)

CARIMBOS

Executam-se na GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

TRESPASSA-SE

Mercearia, situada na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 123 — Loulé.

Tratar no próprio local.
(3-2)

TRESPASSA-SE

Restaurante em Loulé.

Nesta redacção se informa.
(3-2)

INDÚSTRIA HOTELEIRA

Temos stock de:

CUTELARIAS — AÇO INOX — ALUMÍNIO FORTE E FUNDIDO
LOUÇAS — VIDROS — PAPÉIS
PANELAS PRESSÃO INDUSTRIAIS — LOUÇA EM FERRO

FRANCISCO J. MENDES LIMA

Exposição no Sul: R. Condestabre, 28 — QUARTEIRA

JURISTAS DO ALGARVE apoiam a Reforma Agrária

Como prometemos (e apesar de o sr. Dr. Dias Costa ter recusado dar cumprimento a um preceito da Lei que nos facultava cobrar o valor correspondente ao excesso do número de linhas que provocaram a sua resposta), damos hoje início à publicação duma tão extensa carta que é quase um folhetim. Daí a razão porque não podemos inseri-la num só número.

Com a concordância do sr. Dr. Dias Costa podíamos ter optado pela não publicação da carta, mas não quisemos privá-lo da sua legítima defesa, a qual só terá merecida resposta no final da publicação da sua carta — como é lógico.

Por esse motivo hoje apenas fazemos um ligeiro comentário à afirmação do Dr. Dias Costa de que «os trabalhadores do campo portugueses pretendem levar a cabo a Reforma Agrária e que a maioria dos portugueses se julgam no dever de apoiar». Isto é disco gravado pelos dirigentes de Moscovo «para os portugueses ouvir» e por isso não concordamos com a advertência de que «a resposta é dada a título individual».

E exactamente por isso não resistimos a transcrever um pequeno diálogo travado há dias na A. R. entre um Deputado do P. C. e o Ministro da Comunicação Social e relatado pela imprensa de Lisboa, que achamos oportuníssimo neste momento e que foi o seguinte:

PERGUNTA DO PC: — «Tenciono o Governo fazer cessar o clima de instabilidade e coacção que se vive na empresa pública de Radiodifusão ou, pelo contrário, pretende dar continuidade à vasta operação tendente à entrega de parte da empresa ao poder de grupos económicos privados e à transformação da parte restante num mero departamento radiofónico do IV Governo, à custa do despedimento, censura e repressão de centenas de trabalhadores?»

RESPOSTA DO MINISTRO: — «Aquilo que o representante do PC designa por pergunta não o é, sendo antes a mera repetição de slogans em tipo de cassette numa linguagem estereotipada habitualmente usada por esse partido».

Eis a carta do Dr. Dias Costa: «Ex.mo Senhor Director de «A Voz de Loulé».

Embora a Comissão de Juristas do Algarve de Apoio à Reforma Agrária não tenha, por desnecessária, uma sede, não enjeita a distinção que V. Ex.ª me faz de transformar o meu local de trabalho na sede da dita comissão, se nisso os meus honrados Colegas não virem qualquer inconveniente.

Quis V. Ex.ª ter a bondade, que apreciei devidamente, de, através do correio, fazer chegar às minhas mãos, em 22 de Janeiro último, o vosso jornal cuja existência eu só conhecia de nome até 12 do mesmo mês data em que, enviados por mão Amiga que se lhe antecipou, eu recebi os recortes do jornal com o texto do manifesto da nossa comissão publicado pela

«Voz de Loulé» e o desassombrado (que é seu) comentário que de V. Ex.ª mereceu.

Diz V. Ex.ª que comentou «desassombradamente» o manifesto e diz muito bem. E muito bem porque logo no limiar das suas judiciosas considerações nos deixa absolutamente à vontade esclarecendo-nos que também apoia «uma Reforma Agrária» e que a Reforma Agrária, a tal que nós defendemos, mais não tem sido que uma «Roubalheira Agrária».

Estamos portanto em situação de poder dialogar uma vez que para tanto se criaram condições: primeira — V. Ex.ª e eu desejamos uma Reforma Agrária; segunda — temos pontos de vista diferentes quanto ao que seja ou deva ser essa Reforma Agrária e desta condição que no caso e por isso mesmo, se mostra principal, faz V. Ex.ª derivar uma má vontade que não oculta dizendo cobras e lagartos da Reforma Agrária que os trabalhadores do campo portugueses pretendem levar a cabo e que a maioria dos portugueses, incluindo eu, se julga no dever de apoiar. Daqui em diante tudo é fácil. No entanto quero pô-lo de sobreaviso quanto ao facto de esta resposta ser dada a título individual. A razão de tal está, por um lado, no facto de ser muito difícil juntar, assim a propósito de tudo e de nada, dezasseis pessoas espalhadas pela Província todas elas vivendo do seu trabalho o qual pelas particulares características de que se reveste poucos momentos lhes deixa livres e por outro, por entenderem alguns que o diálogo e portanto a resposta não se justifica. Como não penso assim, respondo. E se algum dos meus Colegas não concordar com o que digo ou algo quiser acrescentar de sua lavra, fica, bem entendido está, livre para o fazer. E sem os limites que, eventualmente, uma decisão de grupo lhe viria a impôr.

Ora e iniciando a nossa conversa, diz, V. Ex.ª, que apoia «uma Reforma Agrária que reforme os métodos de exploração da terra». Mas, perdoe-me, meu caro Senhor, isso não é uma reforma agrária. É, sim, uma reforma das técnicas de cultivo das terras. Mas, mal para si, a reforma das técnicas (melhor diríamos revolução das técnicas) ao nível em que nos situamos não é possível sem a reforma (ou revolução) agrária. E por reforma agrária havemos de entender a reestruturação jurídica da propriedade ou, mais acertado, da detenção e uso da terra. É este o entendimento universal. E já, em Roma, Tibério e os Gracos (entre outros) assim o entenderam. Mantendo a posse e uso da terra no estado em que se encontrava antes do 25 de Abril de 1974, com o predomínio esmagador do latifúndio ou seja com a terra nas mãos de umas poucas, centenas de privilegiados, V. Ex.ª nunca conseguiria fazer a falada revolução (ou reforma que fosse) das técnicas agrárias. E, logo, porque tendo uma tarefa para realizar nas suas terras, V. Ex.ª que era latifundiário e que dispu-

nha de força de trabalho humano, barata e sempre à sua disposição, não iria investir num processo mais avançado (compra de mais um cavalo ou de mais uma junta de bois, por ex.) que lhe trazia encargos permanentes e elevados, enquanto podia despedir, ultimada a tarefa e libertando-se de encargos, os seus assalariados. Que infelizmente continuariam no seu dispor por não terem outra forma de sobreviver senão alugar os braços. Por outro lado, sendo V. Ex.ª um latifundiário, não tinha interesse numa exploração intensiva (ou pelo menos racional) e total, das suas terras que abandonadas e por pouco que dessem à custa de alguns cereais e arvores e poucos gados, sendo os encargos e custos de administração quase nulos, sempre faziam de si um homem rico. Daqui se vê, por um lado, que sem a reforma agrária o cavalo vale mais que o homem e por outro que a «reforma agrária» que reforme os métodos de exploração da terra além de, como dizemos, não ser uma reforma agrária, não é possível na prática. Ou então temos de exportar, vendendo-a no mercado internacional de trabalho mais ou menos escravo, a nossa maior riqueza que é também a maior riqueza de todos os povos: a força de trabalho. E, no nosso caso, a força de trabalho dos camponeses. E, V. Ex.ª, sabe que foi isso que aconteceu em Portugal. Para que aparecessem entre nós as ceifeiras trilhadeiras que já eram velhas e relias, de mais de meio século, nos povos mais avançados e se pudesse passar, paradoxalmente, a formas de agricultura verdadeiramente dita embora errada, foi preciso expulsar do solo pátrio, que é tanto deles como meu ou de V. Ex.ª, cerca de dois milhões de portugueses. Claro que não foi ou não o foi sobretudo, para fazer a reforma dos métodos de exploração (embora seja verdade que, as estruturas fundiárias ancladas, já não iam suportando os custos da produção, desajustada das poten-

(continua na pág. 6)

COMARCA DE LISBOA 8.º JUÍZO CÍVEL

Proc. N.º 7.020/B
3.ª Secção

ANÚNCIO

PARA CITAÇÃO DE CRE- DORES DESCONHECIDOS

Pelo Juízo de Direito desta comarca, 3.ª secção, correm editos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado JOÃO LAMPREIA MARTINS (Café Campinense), na Rua João das Regras, em LOULÉ, para no prazo de dez dias, posterior àquella dos editos, deduzirem os seus direitos na execução movida por «SOCIEDADE IMPORTADORA DE CAFÉS, LDA.», com sede no Porto e escritório em Lisboa, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1979.

O Juiz de Direito,
a) António Almeida e Sousa

O Escrivão, adjunto,
a) Carlos Alberto Pereira Rainha

FALECIMENTO

Após prolongado sofrimento, faleceu em Loulé, no passado dia 8, o nosso conterrâneo sr. Manuel Gonçalves de Assunção, natural de Vendas Novas da Tor, proprietário do Café Havaneza Louletana, que deixou viúva a sr.ª D. Deolinda Assunção Silva; era filho do sr. António Gonçalves e da sr.ª D. Maria Rita e irmão do sr. António Gonçalves de Assunção, proprietário da Sapataria Fátima, de Loulé, e das sras. D. Ma-

ria Rita da Assunção, residente na França e D. Isaura Gonçalves do Nascimento, residente na Venezuela.

O saudoso extinto era pai das sras. D. Domitília Maria Silva Gonçalves, casada com o sr. António Justino Guerreiro Gomes e de D. Juventina Assunção Silva.

A família enlutada apresenta-mos sentidas condolências.

Estabelecimento de Ensino de Condução Auto S. Marcos, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 5 do mês corrente, lavrada de folhas 119 a folhas 121, do livro n.º B-57, de notas para Escrituras Diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Manuel Mendes Rosendo e António Inácio Azevedo, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a denominação de «Estabelecimento de Ensino de Condução Auto S. Marcos, Lda.» e tem a sua sede, provisoriamente, na Rua 25 de Abril, na povoação e freguesia da Quarteira, concelho de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado iniciando hoje, a sua actividade.

3.º — O seu objecto social consiste no ensino da condução de veículos automóveis no concelho de Loulé, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro, é de duzentos mil escudos, e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um, do valor nominal de cem mil escudos.

5.º — A cessão e divisão de quotas é livremente permitida entre os sócios; — a

estranha fica dependente de prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios em segundo.

6.º — 1) A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme deliberado em Assembleia Geral.

2) Qualquer sócio gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração em quem entender.

3) Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas, em conjunto, de dois gerentes, ou seus procuradores, salvo quanto ao acto de mero expediente, para os quais é suficiente a assinatura de qualquer gerente ou seu procurador.

4) Fica vedado aos gerentes ou seus procuradores obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações e letras de favor e outros semelhantes.

7.º — Quando a lei não exigir outras formalidades, a convocação das Assembleias Gerais, far-se-á por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com, pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 8 de Março de 1979.
O 3.º Ajudante,
Maria de Fátima Guerreiro Rodrigues

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA —
R. SERPA PINTO, 1 A 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

A CONTABILIDADE É NECESSÁRIA

TÉCNICO DE CONTAS COM 15 ANOS DE INSCRITO E IDÓNEO PARA ORGANIZAR E DIRIGIR NÃO APENAS PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE, MAS TAMBÉM ASSUNTOS FISCAIS E ESTATÍSTICOS. DISPÕE DE ALGUM TEMPO LIVRE.

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 41.

SERÃO INCOMPATÍVEIS AS FINANÇAS LOCAIS E O TURISMO REGIONAL?

(continuação da pág. 1)

vista, tudo se deveria ter passado com plena liberdade de discussão, mas de forma diferente, pois assim mais uma machadada foi dada num sector e numa região sempre ignorada. E não será difícil prever reflexos negativos, em especial no estrangeiro, devido à polémica suscitada e consequente impasse do órgão regional em momento decisivo. Tudo começou tendo como causa aparente a Lei das Finanças Locais que iria provocar a morte da CRTA, dado que os Municípios tinham direito a cobrar e reter a totalidade do Imposto de Turismo e daí, a dita «preocupação do Governador Civil e de elementos das Câmaras Municipais, com apresentação de teses, algumas das quais reputamos inadmissíveis. Saliente-se ainda que, em grande número de Câmaras não foi tomada qualquer deliberação sobre o assunto.

Mas julgamos que essa razão invocada não justifica uma tomada de posição tão bruscamente revolucionária iniciada e apadrinhada quer em certos sectores regionais quer nalguns órgãos centrais de administração pública, e que vai contra princípios de bom senso e equilíbrio.

Isto é, em problema tão sensível deveriam ter-se esgotado primeiramente, todos os contactos com o Governo, e só depois se não houvesse acordo se escolheria outro caminho, mas o que se viu é que a praça pública foi desde o início o terreno utilizado.

Na perspectiva do PSD os Partidos são parte essencial numa sociedade democrática e, representando as populações, têm obrigação de contribuir para a discussão e ultrapassagem de problemas pelo que tem plena justificação esta nossa tomada de posição através de conferência de imprensa.

A Comissão Política Distrital de Faro, fá-lo a num sentido construtivo enquadrando-se numa linha geral de preocupação sempre revelada pelos problemas da região do Algarve e do sector turístico, nomeadamente através dos deputados do PSD na Assembleia da República.

II) Questões de fundo

Para o Partido Social Democrata é perfeitamente claro que o ESSENCIAL no actual contexto é o encontrar de soluções políticas, orgânico-administrativas e legais que garantam um CRESCIMENTO TURÍSTICO racional, adequado e virado para o futuro da Região Algarvia e do País.

Afigura-se-nos também indiscutível que o IPODER LOCAL, através dos seus órgãos, para além da sua importância como forma de consolidar a democracia, tem um papel determinado no aspecto turístico, como sempre lhe reconhecemos.

Por isso, repetimos que, embora aceitemos como perfeitamente salutar a discussão, não encontramos razão para o aspecto conflitual surgido.

1. Sua definição

Quanto a nós o problema tem-se perdido demasiado no pormenor, esquecendo-se por vezes questões de fundo, pelo que se torna necessário fazê-lo e apresentar o mesmo numa forma sistematizada.

Como linhas fundamentais, salientamos:

a) Necessidade de uma efectiva descentralização que, no sector do Turismo, como noutros domínios, permita que a nível regional se encontrem soluções e haja poder de decisão para grande número de problemas, sem prejuízo de um enquadramento

numa política global. Assumem aqui papel relevante, além da vontade política do Poder Central em o fazer, a participação das forças económicas, sociais e autárquicas com ligações ao processo;

b) Necessidade de se definir uma política para o sector do Turismo, o que já em Novembro de 1978 nos levou a afirmar na Assembleia da República:

«... para além das promessas feitas pelas duas experiências de Governo falhadas (I e II Governos Constitucionais) nem se assistiu à execução de qualquer acção visível, nem se tomou conhecimento de qualquer plano nacional e/ou regional que permitisse ultrapassar as dificuldades».

Inclusivamente, muitos houve que viram no Turismo uma «fonte de desgraça». Talvez por isso nada fizeram de bom...

Para o PSD, nunca houve dúvidas sobre a importância do Turismo, e em especial no aspecto de que, embora desenvolvendo o Turismo social possível, o Turismo de qualidade é o que melhor se adequa a pequena dimensão do território português, e do Algarve em especial, e à necessidade de captação da maior quantidade possível de divisas.

c) Necessidade da integração da política do Turismo num projecto de desenvolvimento global, contribuindo eficazmente para corrigir desequilíbrios regionais e os verificados entre as zonas litorais, e entre estas e as do interior e da serra. Já oportunamente o PSD entendeu como um dos cinco mandamentos fundamentais do Turismo para o Algarve o seguinte:

«As zonas do interior e serra de Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Silves, Loulé, S. Brás, Tavira, Alcoutim e Castro Marim, além do lançamento e crescimento turístico a prever no plano geral para a Região, terão de ser asseguradas rápidas melhorias no domínio dos transportes, saúde e assistência, abastecimento de água, esgotos, educação, etc., com vista a levar bem-estar a muitos cidadãos até agora abandonados.

A ter ainda em conta a necessidade de muitas infraestruturas nas zonas do litoral, onde incide praticamente toda a actual procura turística.

2. Meios de lhe dar forma

2. 1. Orgânico-Administrativas.

A descentralização do Turismo terá de fazer-se a 2 níveis:

a) Existência no Algarve de órgãos regionais do Turismo, compostos por representantes das forças autárquicas, económicas e sociais locais;

b) Delegação de muitas competências, até agora atribuídas à Direcção Geral do Turismo a esses órgãos;

Para o PSD é indiscutível que a existência de uma COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO que coordene, promova, dinamize e fiscalize a actividade turística é absolutamente indispensável.

E já na intervenção feita na Assembleia da República em 19-11-78 pelo PSD, em relação ao Algarve, se protestava pela existência na Comissão Administrativa da CRTA de representantes das câmaras ali colocados revolucionariamente, não se aceitando também que a mesma não tivesse sido reestruturada, e apontando-se para a necessidade de criação de maior número de postos locais da CRTA e de um executivo e de outro consultivo de âmbito regional.

Entende assim o PSD que a COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO deve ser composta por um Conselho Regional e por uma Comissão Permanente.

Do CONSELHO REGIONAL DE TURISMO deverão fazer parte os representantes das autarquias locais, dos empresários e dos trabalhadores das actividades mais directamente ligadas ao Turismo como a indústria hoteleira e similares, agências de viagens, Escola Hoteleira do Algarve, etc., e ainda representantes das Alfândegas, Guarda Fiscal, portos, sector da saúde, Aeroporto de Faro, Polícia Judiciária, Segurança e Ordem Pública, Trânsito, ambiente, Banca, comércio, agricultura, silvicultura e pesca, planeamento urbanístico, educação e cultura, desporto, comunicação social e outros.

Segundo nós, e ao contrário do que ultimamente se tem assistido, este órgão deve ter assim uma visão do Turismo inserido em toda a economia e sociedade do Algarve.

Quanto à COMISSÃO PERMANENTE, em que se julga suficiente a existência de 5 elementos propõe-se:

Presidente e 1 vogal nomeados pelo Secretário de Estado do Turismo, ouvidos os órgãos autárquicos, a Associação e os 2 Sindicatos da Indústria Hoteleira e Similares.

1 representante das Câmaras Municipais por elas escolhido;

2 representantes, a indicar respectivamente pelas Associações Patronais e pelos Sindicatos que fazem parte do Conselho Regional, atendendo a que deverão ser escolhidas pessoas que estejam muito directamente ligadas à actividade turística.

Em qualquer dos casos, serão de nomear-se pessoas com formação, competência, profundo conhecimento do fenómeno sócio-económico do Turismo e disponibilidade de tempo, de modo a que possam responder bem ao que a comunidade exige e precisa, pondo em execução as linhas g'o-

(continua na pág. 7)

Também a Família está em perigo?!...

(continuação da pág. 1)

que minha mulher fez para manter o equilíbrio da economia caseira, o seu valor é diamantino.

Os marxistas, entretanto, decidiram atribuir às amantes o custo de 140 contos. Esta valorização materialista, além de imoral, alicia o desmanchar do casal luxurioso pelo divórcio, como meio de auferir riqueza, na medida em que o Imposto Complementar decresce. Representa ainda um prejuízo para o Estado.

Por outro lado, é evidente que a separação, conquanto combinada em termos cordiais, provocará situações ambíguas e caricatas, justificando-se o amancebamento por razões financeiras com notório prejuízo das espirituais. O desvario resulta da política marxista do povo, e ousa projectá-lo na prática dos valores instintivos. Por isso, origina a diminuição da espiritualidade pela aceitação progressiva do imediato e da satisfação das chamadas «necessidades primárias».

O casamento não é um mero contrato ou coabitação do homem e da mulher, mas sim um constante planeamento de ideais mútuos, de abdições sistemáticas para um convívio feliz. É a procura da bisectriz, em que duas linhas progridem ou recuam, conforme os momentos mais ou menos risonhos do casal.

Os marxistas não ignoram que, enquanto perdurar a Família e todos os princípios inerentes a ela, enfrentarão as máximas dificuldades em montar a sua Sociedade. Logo, importa destruí-la, quer alcançando-a de costume burguês, quer coagindo-a à subserviência pela estratégia económica.

A «Lei dos Cônjuges» não é só inqualificável, mas sim um processo mais de degradação da Família, para o entontecimento do povo, com o objectivo de transformar os Homens em simples criaturas.

O marxismo não passará, desde que os seres humanos acreditem que, para além de si mesmos como matéria, algo existe de perene como espírito, que interessa muitíssimo salvaguardar, para que a independência e a vontade se mantenham firmes e indestrutíveis. Uma Nação viva é, fundamentalmente, aquela que consegue desprender-se do materialismo, dele apenas servindo-se como sobrevivência.

Crónica de Querença

SEGUE COM O SEU TÍTULO
DE O «DITO E O NÃO FEITO»

(Atrazado na Redacção)

Num dos seus números anteriores de «A Voz de Loulé» um sr. chamado Idálio Revez usou de toda a sua diplomacia para dar resposta à Crónica de Querença. De muito que quiz responder acabou por não dizer nada.

Neste caso se compreendeu que a Crónica não era vazia como diz o sr. Revez. Este sr. faz parte da Presidência do Grupo Cultural e Desportivo da Freguesia de Querença e por isso disse na Crónica de Querença que as obras do Parque Infantil que se encontravam bastante adiantadas. A verdade é que nada se fez além da colocação de pouco material. A Junta de Freguesia, ao ver que esse material seria todo perdido, resolveu aproveitar algum desse material, com excepção das 3 carreiras de tijolos que já estão colocadas pela Junta e não pela Presidência do Grupo Desportivo de Querença.

Se é verdadeira a afirmação do sr. Idálio Revez que foi concedida uma verba pela D. G. D. sinto-me obrigado a perguntar: que se faz com esse dinheiro?

Quando pensou em construir um Parque a principal preocupação do sr. Revez devia ter sido arranjar um terreno próprio e não tinha que apoderar-se do pequeno recinto da Escola Primária. Ignoro se a sr. Professora interveio neste assunto pois o pequeno recinto foi feito somente dedicado aos alunos da Escola e não para um Parque Desportivo.

NOTÍCIAS DE SALIR

O sr. António Ribeiro Coelho, de 48 anos de idade, casado em segundas núpcias, residente em Olhão, prospector do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa da Agência de Loulé, depois de ter atendido parte da clientela daquela Banco nesta localidade no passado dia 6, dirigia-se cerca das 17 horas para

Eu penso que tudo o que o sr. Revez aprendeu sobre planos e projectos foi baseado em departamentos do Governo Gonçalves, que depois do 25 de Abril se preocupou principalmente em mudar os nomes das ruas, de estradas, das pontes e destruição de Estátuas. Assim fez o sr. Idálio Revez em Querença com o Parque Infantil. Ora o sr. Revez quis dar uma resposta ao Democrata que fez a Crónica de Querença e eu não compreendi o que queria dizer.

Mas eu vou explicar. Quando fiz a Crónica de Querença, que subscrevi como um Democrata foi somente para dar a saber a todos os leitores e assinantes de «A Voz de Loulé» que, aqui, em Querença, há também Democracia e que não são todos comunistas.

Enquanto é notório o progresso noutras freguesias do concelho de Loulé, eu pergunto ao sr. Revez o que é que se tem feito em Querença?

Que se saiba só a substituição da telha por uma placa de cimento.

Espero que o sr. Revez responda a esta Crónica de Querença e esclareça alguns pontos muito nebulosos. Não é necessário pôr nem a data nem o nome do autor. Ficarei contente se me elucidar o seguinte: se a resposta for dada por um democrata escreva **Um Democrata**; se for de um comunista ponha **Um Comunista**.

UM DEMOCRATA

Loulé, conduzindo o seu automóvel (Morris) e ao descrever uma curva da estrada perto do lugar da Ponte de Salir, talvez motivado por uma camada de água proveniente duma nascente que atravessa a estrada naquele lugar, transformando o asfalto bastante escorregadio, o carro despiçou-se resvalando pelo aterro, dando algumas voltas, indo cair dentro de um tanque com cerca de 6 metros de fundo quasi cheio de água, e que se encontra a pouca distância da estrada. O veículo ficou quasi submerso tendo apenas à vista parte das rodas dianteiras.

Acorreram algumas pessoas que se encontravam nas redondezas mas nada puderam fazer. O acidente foi comunicado à G.N.R. do Posto de Salir que imediatamente compareceu no local bem como os Bombeiros Municipais de Loulé e após alguns esforços e auxiliados com uma máquina retro-escavadora conseguiram retirar o carro com o condutor já morto ainda preso ao cinto de segurança.

A pasta contendo os valores da cobrança no total de algumas centenas de contos, bem como o relógio da vítima encontravam-se no fundo do depósito, tendo os bombeiros tirado toda a água com uma moto-bomba para poder recolher estes objectos.

Logo que o acidente foi conhecido, o correspondente do B. E. S. C. L. nesta localidade telefonou para a agência de Loulé a comunicar a ocorrência, tendo o gerente e sub-gerente, bem como outros colegas do indito funcionário vindo imediatamente para o local onde assistiram à retirada tanto do carro como do cadáver e dos valores. A sua consternação era bem visível pois o Sr. Coelho era por todos muito estimado.

O corpo foi transportado na ambulância dos Bombeiros para a casa mortuária do hospital de Loulé, onde foi autopsiado, realizando-se o funeral no dia 8 para o cemitério de Olhão, tendo-se incorporado colegas das agências de Loulé e Faro, vindo propositalmente alguns funcionários de Lisboa por via aérea.

C.

LUIZ PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,

n.º 31 — Tel. 62406

LOULÉ

(10-1)

(De «A Defesa», de Évora)

POLÉMICA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O velhíssimo problema de trânsito pela Aldeia da Tôr foi de novo levantado pelo seu representante na Assembleia Municipal, sr. Joaquim Pedro Martins que chamou a atenção do sr. Presidente da Câmara para o facto de a população ter sido alertada de que, a partir de 2.ª feira, as camionetas da carreira da Rodoviária Nacional deixavam de passar pela aldeia da Tôr, com a justificação de que Salir passava a ser servida por um auto-carro de 60 lugares, em vez do de 42, o qual não cabia nas apertadas ruas da Tôr.

Respondeu o Presidente do Executivo que estava ali para assistir à sessão da Assembleia e não para ser julgado e que portanto a partir daquele caso, deixaria de responder verbalmente a problemas apresentados pela Assembleia a qual, por sua vez, os encaminharia para a Câmara, que certamente responderia por escrito.

Considerando no entanto que só agora fazia esse aviso, não podia deixar de responder às perguntas formuladas, declarando que já se deslocara pessoalmente à Tôr para tentar resolver os problemas dos cortes necessários ao alargamento das ruas e que por esse facto um proprietário ameaçava com uma espingarda, o que mais uma vez revela o excessivo egoísmo de alguns indivíduos da Tôr que desde há longos anos teimosamente persistem em travar o progresso da sua aldeia impedindo o corte de uma simples árvore, o derrube de um pequeno

muro ou não permitindo o corte de uma nesga de terreno.

São assim alguns (infelizmente parece que uma maioria) proprietários que, excessivamente agarrados à «sua terra», recusam o diálogo quando se trata de alargar ou abrir uma estrada, só porque não têm inteligência suficiente para ver quanto a sua propriedade fica valorizada com a abertura de novas vias de comunicação.

E dizemos isto baseados no que disse o sr. Presidente ao afirmar que a Câmara de Loulé (a exemplo do que já tem feito em muitos outros casos) convidou para uma reunião as pessoas com quem interessava travar diálogo, só aparecendo um único proprietário, o que significa que, enquanto não houver acordo, nem a obra se fará nem a camioneta voltará a passar pela aldeia.

A estas explicações do sr. Presidente da Câmara, respondeu o representante da Tôr que «levantara de novo aquele problema porque naquela sala estavam mais de 30 pessoas que ali se deslocaram propositadamente para saber que atitude tomaria a Câmara face à prometida suspensão da carreira». Esta intervenção provocou acesa troca de palavras entre a assistência da Tôr. Uns sugeriam prender quem o ameaçou; outros dizendo que devia impôr-se e mandar cortar a estrada por onde fosse necessário; outros, alegando que os proprietários estavam dispostos a ceder e que já tinha

havido um prévio acordo e que não preenchiam a razão porque os cortes foram feitos nem a tal célebre árvore foi cortada totalmente. Chegando-se à incrível conclusão de que em determinado lugar se verificou um corte que logo foi julgado insuficiente mas que inexplicavelmente foi autorizado pelos serviços técnicos criando-se depois uma situação muito mais complexa e altamente dispendiosa quando se quiser fazer novo corte.

Também se ouviram sérias críticas à actuação dos serviços técnicos e até denúncias de compadrios, o que é natural quando os ânimos se exaltam e se chega ao ponto de terem que ser convidadas a abandonar a sala para que os trabalhos possam prosseguir.

Já no corredor foi necessário que o Presidente da Assembleia Municipal pessoalmente lhes pedisse calma e promettesse que ia envidar todos os seus esforços no sentido de encontrar a melhor solução para tão intrincado problema.

Como é evidente, a R. N. também não foi poupada, pois alegam as pessoas da Tôr que o carro de 60 passageiros não vai evitar o habitual desdobramento e que, portanto, não se justifica (na opinião de quem vê os filhos privados de transporte diário para a Escola) a suspensão duma camioneta mais pequena para passar pela Tôr — enquanto o problema dos estrangulamentos não for resolvido.

O sr. Lima (representante da FEPU) interveio neste problema para dizer que não percebia porque razão ainda estão por executar os trabalhos do corte do muro, cujo proprietário já ofereceu parte do quintal para esse efeito, sendo sua opinião que, com um pouco de boa vontade, talvez já o problema pudesse estar resolvido.

Pela nossa parte apurámos depois que a R. N. trabalha em função e com objectivos de rentabilidade e que por isso tem que pôr de parte camionetas de 40 lugares por já não serem rentáveis. As únicas que existem já não oferecem as indispensáveis condições de segurança e porque terão que ser abatidas ao efectivo.

Daí a razão porque estão a ser utilizados carros de 60 lugares.

No entanto, depois de termos ouvido tão impetuosas discussões, chegámos à conclusão de que, para resolver o problema do trânsito na Tôr só há uma solução prática, eficaz, coerente e lógica: construir uma estrada que desvie o trânsito do centro da aldeia.

Aliás este problema já foi tratado pela Câmara de Loulé e na presença de representantes da Rodoviária Nacional, sendo de estranhar que, naquela polémica discussão travada na Assembleia Municipal, ninguém tivesse levantado esse problema.

São afinal os 800 metros duma nova estrada que podem resolver os problemas de trânsito na Tôr e não derrubar uma árvore aqui e apenas um muro acolá.

A Tôr não foi construída para ter acesso a modernos veículos de passageiros ou de carga...

Esta é a realidade.

VENDE-SE

Prédio com 4 quartos, cozinha, casa de forno com cozinha, cavalariça, alpendre, cisterna e aproximadamente 1500 metros de terreno, com oliveiras, amendoeiras e figueiras, no sítio de Vale d'Éguas (Almancil).

Os interessados deverão dirigir-se a: Maria Manuela Filipe Guerreiro (frente ao Café Caracas em Vale d'Éguas).

O «DIA DA P. S. P.» também foi assinalado em Faro

A exemplo do que aconteceu em várias outras cidades do País, também em Faro foi assinalado o «Dia da P. S. P.» com a realização de diversas cerimónias, de que tiveram início com a Missa celebrada na Igreja do Pé da Cruz.

Durante a Formatura geral realizada na Parada do Comando foi lida a Mensagem do Comandante-Geral da P. S. P. General Lopes Alves, alusiva à data que se assinalava.

Seguiu-se o desfile das Forças em continência, após o que se realizou um Almoço de Confraternização na mesa de Comando em que participaram elementos da P. S. P. de todo o Algarve e foi presidido pelo Dr. Almeida Carapato, Governador Civil de Faro, estando também presentes os Presidentes das Câmaras de Faro e Loulé; o Juiz do Tribunal do Trabalho de Faro; Comandante e 2.º Comandante do R. I. 4 de Faro; Comandantes dos Portos de Faro e Tavira, da G.N.R. e da Guarda Fiscal de Faro; o Comandante da Zona Marítima do Algarve e ainda outras entidades e também representantes da imprensa e rádio.

Assinalando o «Dia da P. S. P.» o Comandante Distrital condecorou com «Medalha de Exemplar Comportamento» o guarda Aníbal Martins Costa, que presta serviço em Faro há 25 anos e se tem distinguido pela dedicação no exercício da sua profissão e pelo exemplar comportamento que tem sido apanágio da sua irrepreensível conduta.

De salientar que o «Dia da P. S. P.» é evocativo da morte do Coronel Ferreira do Amaral, um Homem que comandou a P. S. P. de Lisboa e foi o terror de bandidos e ladrões numa época em

que a Capital estava infestada de marginais. Ferido várias vezes por indivíduos «fora da Lei», os quais perseguia em luta implacável para «limpar» a cidade de elementos prejudiciais à tranquilidade dos cidadãos, não desistiu de levar por diante a sua nobre missão.

Por isso o seu nome ficou indefectivelmente ligado à PSP e é anualmente recordado como exemplo de dignidade, coragem e firme cumpridor dos seus deveres para com a sociedade.

Disso são testemunho as palavras que lhe dedicou no domingo, durante as cerimónias realizadas em Lisboa, o Ministro da Administração Interna e de que arquivamos a seguinte passagem:

«O Coronel Ferreira do Amaral foi um homem que nos simbolizou o encontro da P. S. P. com os seus próprios objectivos e destino, através do exemplo constante e inesquecível da sua acção de comando. O estilo próprio que imprimiu à corporação — salientou — correspondeu a uma clara percepção dos problemas que então se viviam e a uma corajosa energia das decisões, de que resultou a criação de um clima propício à convivência dos cidadãos».

Aos excelentes serviços prestados ao Algarve pela P. S. P. e o apuro com que cumpre a sua missão não é alheia a acção do seu Comandante Distrital, o Tenente-Coronel Manuel Francisco da Silva que, no espaço de 6 anos, já por 3 vezes reassumiu o Comando de Faro, revelando as suas altas qualidades de oficial distinto, cumpridor e respeitado pelos seus subordinados, pelo que lhes merece a simpatia e o apreço de que justamente é alvo.

Marques & Coelho, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada no dia 6 do mês corrente, de folhas 124 a folhas 126, do Livro n.º B-57, de Notas para Escrituras Diversas, do cartório acima referido, foi constituída entre António José Marques e Gabriel Guerreiro Coelho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma de «Marques & Coelho, Lda.» e tem a sua sede na povoação e freguesia de Almancil, concelho de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje, a sua actividade.

3.º — O seu objecto social consiste na indústria de pastelaria e confeitaria, e a sua comercialização, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e entrado na Caixa Social, é de seiscentos mil escudos, e foi subscrito pelos sócios com uma quota cada um, de valor nominal de trezentos mil escudos.

5.º — A cessão e divisão de quotas é livremente permitida entre os sócios; —

a estranhos, fica dependente do prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado, o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios em segundo.

6.º — 1) A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2) Qualquer sócio gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração em quem entender.

3) Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas em conjunto, de dois gerentes, ou seus procuradores, salvo quanto aos actos de mero expediente, para os quais é suficiente a assinatura de qualquer gerente ou seu procurador.

4) Fica vedado aos gerentes ou seus procuradores obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como fianças, abonações e letras de favor e outras semelhantes.

7.º — Quando a lei não exigir outras formalidades, a convocação das Assembleias Gerais far-se-á por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 8 de Março de 1979.

O 3.º Ajudante, (Assinatura ilegível)

ALBUFEIRA em representação do Algarve estará presente nos «Jogos sem Fronteiras»

Os «Jogos sem fronteiras», terá uma edição em 5 de Setembro próximo no Estoril, tendo Portugal sido escolhido em face à RTP haver sempre transmitido esta série televisiva de nível europeu.

Concomitantemente, equipas portuguesas representantes de outras tantas regiões do País participarão neste certame internacional.

Assim mediante o calendário

Comunicado da Assembleia Municipal de Loulé atinente a uma moção da A. M. de Vila N. de Gaia

Da Assembleia Municipal do Concelho de Loulé recebemos para publicação o comunicado que a seguir reproduzimos:

«Crete na valiosa colaboração que a Imprensa desenvolve na sensibilização da opinião pública, a Assembleia Municipal de Loulé comunica que apoia a Moção aprovada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia que é do seguinte teor:

1.º — Solicitar do Governo da República o estudo e definição do «SEGURO DO SERVIÇO PÚBLICO GRATUITO» o qual deverá:

a) Abranger a prestação não remunerada do Serviço Público;

b) Proporcionar um esquema indemnizatório coincidente com aquele que o indivíduo a indemnizar beneficiaria no caso de o acidente ocorrer no exercício da sua própria profissão.

Pelo Presidente,
José Pereira Pires

estabelecido a presença de equipas portuguesas é a seguinte:

29 de Maio (na Suíça), Espinho; 13 de Junho (na França), Costa de Prata, representada por Aveiro; 27 de Junho (Jugoslávia), Açores; 11 de Julho (Itália), Planícies representada por Évora; 25 de Julho (Bélgica), Lisboa; 8 de Agosto (Alemanha), Madeira; 22 de Agosto (Inglaterra), Algarve, representado por Albufeira; e a 5 de Setembro (Portugal), Estoril.

Albufeira foi indigitada em resultado de uma reunião no Governo Civil de Faro, sob a direcção do dr. Almeida Carapato, na qual participaram os presidentes dos Municípios e da Comissão Regional de Turismo.

O jornalista Rui Pimenta é o novo Chefe da Delegação da ANOP em Faro

O jornalista Rui Pimenta, que muito recentemente foi nomeado Chefe da Delegação da Agência Noticiosa ANOP, em Faro, teve a amabilidade de se deslocar a Loulé para apresentar cumprimentos à «Voz de Loulé» e, face às incumbências que está investido, nos oferecer a sua colaboração e a dos serviços que superintende, que será extensiva a toda a imprensa algarvia.

Pela parte que nos toca, retribuimos a gentileza e agradecemos os cumprimentos recebidos e a oferta do seu valioso contributo.

JURISTAS DO ALGARVE apoiam a Reforma Agrária

(Continuação da pág. 3)

cialidades do nosso solo e do nosso clima, mesmo com salários de fome) que se fomentou a sangria emigratória: foi-o, primeiro, para reduzir ao máximo a pressão revolucionária e foi-o, depois, para conseguir divisas necessárias à sobrevivência de um regime à beira do colapso e incapaz de se manter vivo por mais algum tempo sem aquele remédio e outros semelhantes. Com uma reforma agrária entendida como o deve ser — reestruturação da propriedade e posse útil da terra e consequente e equitativa distribuição da riqueza nela produzida, como o direito natural logo impõe — esses nossos compatriotas não tinham saído do País, para em condições sub-humanas cumprirem as tarefas que os Povos que os acolheram e exploram consideram abjectas e indignas dos seus filhos. E para manterem baixos os salários nesses Povos.

Depois da lamentável confusão que existe acerca do que seja reforma agrária, da qual nem sequer chega a tratar, e que o leva a afirmar o que não quer quando diz que também apoia a (uma) reforma agrária, patenteia de seguida o seu ódio à mistura com muita ignorância, contra a reforma agrária que se pretende levar a cabo em Portugal e que é necessária e por isso inevitável.

Com efeito, afirma a queima-roupa, que é como quem diz de forma gratuita, que a reforma agrária mais não tem sido que uma rouba-heira agrária. Mas, como já atrás se disse, sem fundamento pois fundamento não chega a ser quanto a seguir e sob a forma interrogativa vai alinhando. Pergunta V. Ex.^a, que «outro nome se poderá chamar (senão rouba-

heira) ao assalto à propriedade privada que se verificou no Avenço...? Mas qual, assalto? V. Ex.^a esta a raciocinar a partir das leis fascistas de antes do 25 de Abril. Mas essas morreram com a revolução. E segundo a Constituição da República Portuguesa, que nos rege, a reforma agrária é a reapropriação, por parte dos trabalhadores da terra, da posse útil dessa terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração. Depois, a revolução política, não tem leis a não ser as da moral e do humanitarismo que ficaram bem demonstrados na forma como a revolução se processou em Portugal. A primeira característica da revolução é exactamente a ausência de regras de acção pré-fixadas. Mas é também a aguda consciência dos fins dirigidos ao bem estar comum. Se não tiver cumulativamente estas duas características qualquer transformação que seja, de natureza sócio-económico-política, não é uma revolução. E quando as massas camponesas avançaram para a posse das terras fizeram-no segundo os fins da revolução claramente afirmados pela vontade do Povo. E se não esperaram por uma intervenção das autoridades revolucionárias (ou assim ditas) oi talvez porque tudo tendia a mostrar-lhes que ela se não verificaria. Ou porque alguns mais esclarecidos tiveram consciência ou uma aguda intuição, que tal intervenção a verificar-se com todos os seus meandros e paliativos seria uma burocratização e portanto negação, da revolução. Quer dizer, não levava a nada. Tomando a terra eles agiram segundo os fins da revolução e portanto legitimamente. Mas há ainda a acrescentar que os tra-

balhadores não quiseram tornar-se donos da terra. A terra seria e deveria ser do Estado. Eles tinham a detenção da mesma e a responsabilidade da sua exploração, fazendo-a produzir em benefício do Povo Português e já não de privilegiados. E V. Ex.^a sabe ou devia saber que a terra ocupada foi só a dos latifundiários (ou eventualmente algum pedaço desaproveitado) que nem sequer ficaram privados de uma reserva, mais que suficiente para terem uma vida económica digna e que seria mesmo de grande desafogo se fossem agricultores esclarecidos e empreendedores. O que até acontecia com alguns.

Vem depois, no seu comentário, toda uma série de acusações que iremos desmontar por falsas. Ou as quais não impugnaremos porque V. Ex.^a as não concretiza.

Acusa, V. Ex.^a, os trabalhadores empenhados na reforma agrária de destruição de culturas, de frutos, de provocar o extermínio de cavalos de puro sangue e de saquear solares onde se guardavam autênticas relíquias do nosso passado histórico, cultural e artístico. Confesso-lhe que nunca tal me constou nem, atendendo à forma pacífica como tudo se processou, sou capaz de compreender e admitir tais actos. E se mais não houvesse isto era o bastante para lamentar, como lamento, que V. Ex.^a, não tenha concretizado ponto por ponto as suas acusações que assim se mostram carecidas de crédito. Também V. Ex.^a acusa os trabalhadores de destruição de alfaias, de máquinas agrícolas, de tractores, de veículos automóveis. Ora a gritante realidade é que com a reforma agrária aumentou de forma muito significativa o número de alfaias, veículos, tractores e máquinas agrícolas como as estatísticas que V. Ex.^a devia ter publicado, o demonstram. Pena foi com efeito que V. Ex.^a não tivesse citado números. E quanto aos rebanhos, cereais e canteiros responde-lhe a Constituição já citada e nós também diremos alguma coisa. Mas, antes de irmos mais à frente, uma coisa. V. Ex.^a sabe que uma revolução é um período anormal na vida dos povos. E precisamente por isso sujeita a excessos ou desmandos de indivíduos menos esclarecidos ou menos bem formados. Sendo assim e para além de os deploarmos, nada tínhamos que nos admirar, nem a partir deles fundamentar generalizadas acusações, não provadas, com um ou outro caso isolado e por isso insignificante que pudesse ter acontecido. Quem desmancha uma casa velha e em ruínas para fazer uma casa nova há-de ter sempre aborrecimentos. Mas que valeu a pena ter embora se não desejem e se queiram evitar.

(continua no próximo n.º)

NOTÍCIAS DA CORTELHA

ALGARVE — PARA ALÉM DAS PRAIAS...
A FORÇA DE VONTADE DE UM GRUPO DE PESSOAS...

Algarve, sol e turismo. Paraíso que não foi contemplado pela ira divina do «Genesis», maravilhoso lugar onde não existiu a serpente que tentou a mulher, e onde, pelo que parece — à primeira vista — o pecado original nunca existiu.

Algarve, o divertimento e o prazer dumas boas férias passadas numa óptima praia — superlotada — mas que nem por isso deixa de ser o atractivo daqueles a quem o dinheiro nunca faltou.

Algarve, realidade de alguns, sonho de outros, fonte de riqueza de muitos, enfim Algarve reino de sonho e evasão.

Mas poder-se-ão resumir a um punhado de belas praias e boas diversões («à beira mar plantadas»), as realidades da mais meridional provincial portuguesa?

Que dizem os senhores Turistas?

Talvez não saibam, mas é necessário pensar noutros termos, porque Algarve é também a Serra. E não pensem já em Monchique, porque o Caldeirão também é

serra. Serra onde as realidades são bem diferentes. Não há praias, nem grandes empreendimentos turísticos, mas há, o que é mais importante, a força de vontade duma população que luta por se emancipar.

Por acaso talvez ninguém saiba que já lá vão uns anos, os habitantes do Barranco do Velho, da Cortelha, do Val Maria Dias e da Cumeada (aldeias da serra) se resolveram agrupar numa associação, a B. Corvalcum, que bastantes benefícios tem trazido a esta região.

E no entanto fala-se muito no Algarve, o Algarve internacional, não o Algarve português, onde a força de vontade e a persistência de um grupo de pessoas promovem a cultura daqueles que sempre e ainda hoje continuam a ser esquecidos pelos «grandes» deste país.

Mas nem por isso esta gente desiste, e é vê-los a realizar concursos, onde crianças e adultos, amavelmente se encontram e passam umas boas horas, aprendendo, a saber perder e ganhar, a falar em público através dum microfone, a perder a timidez natural, e sobretudo a se desenvolver intelectual e culturalmente, através de perguntas dirigidas à inteligência e à arte do saber. E tudo isto com organização «tendo sempre em vista a sensibilidade própria de cada criança» — palavras de um dos organizadores.

E então? Caros amigos, o que é afinal o Algarve? Apenas o Turismo? Ou também a serra onde a gente é mais pessoa?

É necessário que a Imprensa «livre e ao serviço do povo» conceda a actividades como esta um lugar de relevo, no contexto das realidades existentes na vida e no destino? Ou também a serra onde não podem haver mais marginalizações.

Também a Serra deve ser tema nos órgãos de comunicação social, ela tem bons exemplos que podem ser seguidos por outras populações, no sentido duma emancipação daquilo que é o povo português.

JACINTA CARDOSO

GRALHA EMBARAÇOSA

No último número deste jornal faz-se um relato da sessão da Assembleia Municipal de Loulé e aí se diz que a Câmara já «entrou» 77.500 contos no Ameixal.

No original da notícia está perfeitamente claro que são 7500 contos, verba que, na opinião dos entendidos, corresponde à verdade, muito embora já alguém, por excesso de ironia, tenha gracejado que «aquilo» se poderia ter feito com 7500 escudos...

Nós porém detestamos extremos deturpadores e por isso nos apressamos a repôr a verdade.

Vende-se

Quinta rústica com grande pomar de frutas várias e 6500 m2 (cercada de muro). Abundância de água do rio/barragem e poço, situada em Enxarim (a 1 Km de Silves), denominada Horta Poço do Arado. Tratar no próprio local ou pelo Telef. 2103489 — ALGÉS.

(3-1)

COMPRO

Ouro, pratas, relógios de bolso antigos e moedas. PAGO BEM.

Ouvieraria Dinis — Telf. 65527 — QUARTEIRA.

(12-9)

FALECIMENTOS

Em casa de sua residência em Loulé faleceu no passado dia 9 de Março, a nossa conterrânea sr.^a D. Maria Solange de Azevedo Barracha Barreiros, que contava 49 anos de idade e deixou viúvo o nosso prezado amigo sr. Francisco da Silva Barreiros, funcionário da Agência de Loulé da C.G.D.C.P.

A saudosa extinta era filha do sr. Joaquim de Brito Barracha (falecido) e da sr.^a D. Vitória Correia Azevedo Barracha e mãe das sras. D. Maria Margarida de Azevedo Barracha Barreiros e D. Suzana Maria de Azevedo Barracha Barreiros e do sr. Francisco de Azevedo Barracha Barreiros.

No Hospital de Loulé faleceu no passado dia 11 de Março o sr. Manuel Joaquim da Silva Júnior, natural de Escanxinas (Almansil), que contava 89 anos de idade e era viúvo da sr.^a D. Inácia de Jesus Salgado.

O saudoso extinto era pai dos srs. Manuel Guerreiro da Silva, sr. José Sousa da Silva e da sr.^a D. Vitalina Guerreiro da Silva.

Em casa de seu filho em Loulé faleceu no passado dia 14 de Março a sr.^a D. Gertrudes da

Silva, natural de Boliqueime que contava 91 anos de idade e era viúva do sr. Rodrigo Coelho Cabanita.

A saudosa extinta era mãe do nosso estimado amigo e dedicado assinante sr. Padre João Coelho Cabanita, muito dedicado pároco da Freguesia de S. Clemente de Loulé, e do sr. José da Silva Coelho.

As famílias enlutadas apresentamos as nossas sentidas condolências.

Vende-se

Uma courela de terra de semear e mato com árvores, no sítio da Espraguina (denominada Campina de Baixo); outra de semear com árvores no sítio da Piedade; outra de semear e mato com árvores na Cova da Piedade e um bocado de mato com árvores no sítio da Piedade, (denominada cerro das Pedras) pertencentes a Bernarda Maria Cavaco B. da Silva Rodrigues, moradora em Linda-a-Velha.

Tratar na Rua Gil Vicente, 7, r/c, Esq.º — LOULÉ.

(4-1)

Vende-se

Cão Serra da Estrela. Puro. Tratar pelo telefone 66100 — BOLIQUEIME.

BRAZÃO & MORGADO, LDA.

COMPRA — VENDA E TROCA DE AUTOMÓVEIS

Av. José da Costa Mealha, 93 — LOULÉ
Agora com stand de exposição e vendas na
(Antiga adega Neves & Irmão, Lda.)

Vende-se Prédio

BARATO

Com 4 assoalhadas (8 divisões), armazém, cavalariça, com cisterna, no sítio da Picota — Parragil — Loulé. Nesta redacção se informa.

Vendem-se

Lojas na Praça da República, onde se encontram as instalações do café Fastudo e Sapataria Fátima. Tratar pelo Telefone 62776 (a partir das 19 horas).

(3-1)

ARIEIRO — LOULÉ



JOSÉ LOURENÇO VIEGAS

AGRADECIMENTO

Sua família, receando cometer qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas de todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantas se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada, numa sentida manifestação de pesar que não podemos esquecer.

SERÃO INCOMPATÍVEIS AS FINANÇAS LOCAIS E O TURISMO REGIONAL?

(continuação da pág. 1)
bais aprovadas no Conselho Regional.

Ainda a nível regional deverão ser criados o número de CENTROS DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA da CRTA que se julguem adequados e justificados para uma conveniente cobertura regional, devendo por outro lado deixar de haver no Algarve postos de Turismo directamente dependentes da Direcção-Geral do Turismo, casos do Aeroporto de Faro, Vila Real de Santo António e Sagres.

E como é evidente, todos os trabalhadores a prestar serviço na CRTA na sede de Faro e nos centros locais terão de ter o mesmo Estatuto que os demais da Secretaria de Estado do Turismo, pelo que deverá fazer-se corresponder às funções desempenhadas à categoria respectiva, ao contrário do que hoje se verifica em muitos casos, o que provoca justificados protestos.

A nível dos Municípios é importante a existência de responsáveis pelos aspectos do Turismo que após apresentação nos órgãos do Poder Local, e pelos canais próprios, apresentem sugestões e solicitações quer ao Conselho Regional quer à Comissão Permanente, cabendo-lhe ainda um papel fundamental na concretização de projectos e iniciativas da CRTA na respectiva área, ou de carácter zonal, bem como no desenvolvimento de determinadas actividades no Conselho.

2. 2 Financeiros:

Como é evidente a CRTA só poderá funcionar se dispuser de

verbas. E para as recolher há 2 origens essenciais: o Imposto de Turismo e verbas atribuídas pelo Governo.

Em relação ao Imposto de Turismo, parece-nos não ser muito importante estar agora a discutir se a Lei das Finanças Locais revogou ou não o Dec. Lei n.º 114/70 que atribuía o mesmo à CRTA. Como se sabe, a Lei das Finanças Locais aprovada na Assembleia da República, aponta, como não podia deixar de ser, apenas para linhas de fundo sendo precipitado e perigoso que no domínio do Turismo se queira inovar na prática de tal modo que se ponha eventualmente em risco a manutenção de um órgão tão importante como a CRTA. É que não tendo, como é indiscutível, a Lei das Finanças Locais extinguido a CRTA e tendo esta sido criada à luz do circunstancialismo local, que se mantém e até reforçou desde a data da sua criação é urgente que se encontrem formas que garantam a continuação da sua actividade e eficiência, nomeadamente garantindo que todos os compromissos por ela já assumidos sejam completamente cumpridos.

Da filosofia por nós exposta resulta que, sem discutir aspectos de pormenor, pensamos que deverão ser garantidos à CRTA, através do Imposto de Turismo, verbas que conjuntamente a outras disponibilidades, permitam uma adequada promoção e desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, as Câmaras deverão utilizar determinadas percentagens do Imposto cobrado

pois, sem prejuízo da indispensabilidade da coordenação e de muitas iniciativas que cabem à CRTA, deverá caber às Câmaras criar condições para se fazer Turismo através da realização de infraestruturas de saneamento básico e outras, aspectos de limpeza de praias, aquisição de equipamento, melhoria de acesso às mesmas, festas locais, etc. Pode eventualmente invocar-se que um órgão central poderia ter estas funções a seu cargo mas parece-nos que provocaria uma gestão demasiado pesada.

Quanto às verbas a atribuir pelo Estado sendo o Turismo e a CRTA de grande importância e responsabilidade para o País, tenha-se em atenção o volume de divisas com que o Algarve contribui anualmente para os cofres do Banco de Portugal, deverá tal realidade ser tomada em conta desde já, e no futuro, por parte do Governo.

NOTA FINAL — Está o PSD certo de estar a contribuir para enriquecer um debate que ainda agora se iniciou, pois que a reestruturação da CRTA está em estudo, e daí que, para além do papel relevante que nela terão de assumir o Governo Central, as autarquias locais e as entidades mais directamente ligadas ao fenómeno turístico, os partidos e demais forças efectivamente interessadas deverão procurar também assumir e responder pelas suas responsabilidades.

Faro, 24-2-1979.

A Comissão Política Distrital de Faro do Partido Social Democrata

LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA

(continuação da pág. 1)
da Vida Selvagem e do Centro dos Jovens Naturalistas de Santa Maria (Açores), ficou resolvido coordenar as suas actividades de âmbito nacional de modo a proporcionar-lhe a maior projecção possível e impacto sobre o público.

As iniciativas debatidas compreenderão a realização de simposios, conferências, concursos fotográficos, edição de selos, posters, autocolantes, etc., campanha esta a desenvolver durante

um lapso de dois anos que visa sensibilizar o público sobre os problemas da Conservação da Natureza e dos seus recursos, pois está em causa a sobrevivência do homem.

De entre as realizações previstas e que acompanharão de perto a próxima Campanha Europeia de Conservação da Fauna selvagem e dos Habitats Naturais, a promover pelo Conselho da Europa, de que a Liga para a Protecção da Natureza é agência nacional, destaca-se o Concurso Nacional, mediante o qual será atribuído um prémio especial para o melhor artigo sobre o tema da campanha europeia.

Finalmente, consideraram os congressistas, que tudo o que possa servir para criar consciência e a preocupação pela conservação do nosso habitat natural será a única maneira de salvaguardar o nosso património, o dos nossos descendentes e, consequentemente, o da vida sobre a Terra.

ESCANXINAS — ALMANSIL



MANUEL JOAQUIM
DA SILVA JÚNIOR

AGRADECIMENTO

Sua família, agradece a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todas aquelas que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pesar que calou fundo nos seus corações.

Para todos a penhor da nossa gratidão.

Agência Victor, Telefone 62404 — Loulé.

O Algarve presente na IV Semana Portuguesa em Madrid

(continuação da pág. 1)
tância e possibilidades do mercado espanhol, está uma vez mais presente, através de um stand da Comissão Regional de Turismo do Algarve. Para além do artesanato, da informação turística, das especialidades culinárias e dos vinhos, o Algarve marcará igualmente presença através das suas danças e cantares com a actuação do Rancho Folclórico Marítimo Lacobrigense, que se exhibirá em Madrid nos dias 21 e 22 de Março.

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Pelo Dr. Ataíde Oliveira

por algumas famílias do atrevimento dos ladrões. A criança porém repetia os seus passeios e tantas vezes que imaginaram que andasse perdida. Uma das mulheres chamou pela criança, mas esta não acudiu ao chamamento. Então ergueu-se e foi em direcção do menino. Este desapareceu instantaneamente como o fumo.

Foi tão grande o susto que a mulher e as suas companheiras apanharam com o repentino e inexplicável desaparecimento da criança que recolheram imediatamente às suas casas, fechando por dentro as portas.

No dia seguinte todos unanimemente afirmavam que era um mourinho encantado a criança que lhes aparecera. Nunca mais foram vistas a fazer empreita às horas adiantadas da noite, embora no verão.

*
* *

Anos depois do facto ultimamente contado, estavam algumas mulheres em outro sítio fazendo barcinha com que costumavam cerrar e coser a empreita, seria quase meia noite, viram que de longe se dirigia para elas pela estrada um homem. Era estranho o modo por que caminhava: os meios de locomoção a mão e a perna direitas. Parava de vez em quando e dava com a mão três pancadas secas e rijas no solo.

As mulheres recolheram temerosas às suas casas e fecharam-se por dentro à chave. Uma, mais ousada, pôs-se a espreitar pelo buraco da fechadura e viu que o homem parou em frente da sua porta, deu os três estalos com a mão e desapareceu instantaneamente sem que a mulher visse o destino que tomara. O relógio da vila acabava de dar a meia noite.

*
* *

Em certa noite de verão, saiu certo rapaz da vila e dirigiu-se a casa da sua namorada, onde havia baile. Era um domingo. Ao sair da vila, pela rua, onde actualmente mora um sujeito, que trabalha em louça de barro, deparou-se-lhe um touro preto, que o quis acometer. O rapaz ficou assustado, porque naquela rua tortuosa e estreita, não tinha por onde se escapar.

Mais adiante e quase em frente de uma fonte de alvenaria, por onde passa a água que corre para o Cadouço, o touro parou e voltou-se para o rapaz na atitude de o querer novamente acometer.

Mais assustado, o rapaz deu um enorme grito e disse em voz alta:

— Valha-me a Nossa Senhora da Piedade!

O touro recuou e foi cair dentro da fonte, dando um enorme mugido.

O rapaz então voltou para a vila e recolheu-se à cama de onde não mais se ergueu.

Era um mouro encantado em touro, diziam todos os que tiveram conhecimento de um facto realmente tão extraordinário.

*
* *

Dava meia noite na ocasião em que um sujeito, já falecido, passava sob o arco da Senhora do Pilar, arco este que noutra época fora uma das portas do castelo desta vila. O indivíduo sentiu bater-lhe o coração à última pancada do relógio.

De repente viu-se ele no centro de um rebanho de perús com o seu monco escarlata. Inspirado de um mau pensamento pensou que podia facilmente roubar um ou dois perús a seu salvo e sem que ninguém o visse. Correu em direcção do melhor perú, que se lhe escapava ardidamente. Por fim já não escolhia, atirava-se ao que estava mais perto. Nada conseguiu: os perús escapavam-se-lhe. Deixou-os e dirigiu-se para sua casa.

No dia seguinte, uma pessoa, que mora ainda na Rua da Corredoura, chamou o sujeito.

— O que me quer?

— Dar-lhe os parabéns: livrou-se ontem à noite de um desastre.

— Não compreendo...

— Julgava que corria atrás de perús... e enganava-se.

— Brincadeira minha...

— Uma brincadeira que lhe podia ser fatal. Julgou que eram perús e enganou-se.

— Então o que eram?

— Mouros encantados. Dirigiam-se para a grande sala, que se acha sete varas abaixo do prédio de D. Victória Faisca.

Afinal Portugal já não é só Lisboa!...

...E PODEMOS DIZE-LO AGORA PORQUE ATÉ A ETAPA FINAL DA VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA/

/1979 NÃO É EM LISBOA, MAS SIM NUMA PEQUENA/GRANDE VILA CHAMADA LOULÉ

(No próximo número daremos mais pormenores)

Condenações impostas pelo Tribunal de Loulé

● O veredicto abrangeu 9 réus e os montantes das condenações ascenderam a 82 anos de prisão e a 651 contos de multas

No Tribunal Judicial da Comarca de Loulé, decorreu de 16 de Fevereiro último a 2 do corrente mês um inusitado e prolongado julgamento respeitante a volumoso processo de queixa instaurado pelo Ministério Público que envolveu uma série de delitos cometidos na área de sua jurisdição.

As audiências suscitaram por parte do público notória curiosidade traduzida por elevada assistência que acompanhou sempre, vivamente interessada, as várias fases do julgamento.

Em resultado dos veredictos pronunciados o Tribunal declarou réus nove indivíduos, impondo-lhes as condenações seguintes:

— Álvaro José Batista dos Santos, 16 anos de prisão maior fixa e 138 460\$00 de multa, ou em alternativa, 473 dias de prisão;

— Amândio José de Sousa Guerreiro, 4 anos de prisão maior e 41 560\$00, ou, em alternativa, 136 dias de prisão;

— Florival Paulo Mendes do Valle, 16 anos de prisão maior fixa e em 348 560\$00, ou em alternativa 2 anos de prisão;

— Sérgio Manuel Simões Coelho, 14 anos de prisão maior fixa e na multa de 56 000\$00, ou em alternativa, 150 dias de prisão;

— Pedro da Silva Santana, 8 anos e 6 meses de prisão maior fixa e em 27 000\$00 de multa, ou em alternativa 156 dias de prisão;

— João José Ribeiro Marques,

2 meses de prisão e em 7 320\$00 de multa (em liberdade);

— Vítor Tomé Bengaliha, 7 anos de prisão maior fixa e em 12 060\$00 de multa, ou em alternativa, 70 dias de prisão;

— António Manuel Seruca Martins Negrão, 5 meses e 15 dias de prisão e em 2 640\$00 de multa, ou em alternativa, 14 dias de prisão (saiu em liberdade).

— Luís Manuel Teixeira Rocha (respondeu à revelia), 16 anos de prisão maior fixa e em 17 040\$ de multa;

— Deodato Correia Madeira, que não esteve presente por se encontrar doente, será julgado no próximo dia 16 de Julho.

A soma das condenações atingiu assim os montantes de 82 anos de prisão e 651 contos de multas.

TÁ TODO O MUNDO ENTENDENDO?

(continuação da pág. 1)
a Família. Os altos valores históricos. Inventar-se o pretexto do reaccionarismo.

E onde está a inteligência nacional? E os quadros de competência? As ruas rebentando de gente manipulada, de punhos fechados, inconscientes, às portas dos ministros, e estes, com requerimentos de desespero, sem autoridade, afeiçãoando os manifestantes com sermões doutores e as lições dos seus «bons livros».

Este País está verdadeiramente num impasse. Ou até o retrocesso do seu próprio desenvolvimento. Sem exageração. Não nos venham enxaropar com promessas, com memorandos, com ofícios e considerandos, em vésperas de eleições; nós já tivemos oportunidade de conhecer a subserviência aos modelos antigos, de Marx até Brejnev, passando pelo espectáculo feio e lastimoso destes pseudo-revolucionários, roncando discursos selvagens e fulminando horrendos movimentos até ao fu-

zilhamento dos ideais contrários.

Não há S. Tomás que nos acuda. Nem D. Sebastião que nos salve. O monstro multiforme da crise é mais de carência humana do que de carência material. Ninguém mede os seus actos. E bradam. E propugnam. E prognosticam. Mas a verdade é que a moeda desvaloriza, a inflação expande-se e a Árvore de Cristo não dá frutos que a todos sustentem. Uma crise de homens capazes. Com a luz dos olhos mais activa. Com o coração menos inflamado. Com as mãos mais abertas. Esses seriam os homens laboriosos, constantes, leais!

Redobra o rebate do partido-charneira. O socialismo de sonho. Com o crédito da Internacional Socialista. Mas que socialismo? Não nos serve de lição as derrotas eleitorais do socialismo de fachada com todos os seus males, na Venezuela, na Holanda, na Suécia, na Espanha, etc.? Ninguém se afoita a dizer que o socialismo é cúmplice da crise em que nos encontramos? E será que

o Partido Social Democrata sustenta a ideia de se infiltrar no abismo da Internacional Socialista? Para quê? Para aumentar a sua máquina eleitoral e esbanjar dinheiro em cartazes e panfletos a dizerem que temos a Europa conosco?

Manchado de queimadelas, pelas suas alianças com o comunismo, o socialismo elegante range estrondosamente os dentes por não estar no Poder. Eis porque aumenta a selvajaria no País, porque crescem os espinhos às portas dos ministérios.

Neste mundo de luta, cegueira e egoísmo, onde o oportunismo desafia e a liberdade é uma santidade para os que estão sempre no altar-mor, quaisquer que sejam as situações em que a Nação se encontre, repica a campainha da miséria. Tremeluz a estrela da fome. O muro denegrido da História. Numa palavra: Morte!

E um homem consciente, Português de alma e de coração, simples, humilde, reza um Pai-Nosso e com os olhos azos de água, vai tristemente colocar rosas e grinaldas no sepulcro de uma Pátria que em outros tempos foi grande e um ninho feliz.

Os cravos, esses, murcham no jardim...

LUIS PEREIRA

JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA

COMUNICADO — A DEMOCRACIA VENCERÁ!

A Juventude Social-Democrata é uma organização política de jovens portugueses empenhados na luta pela implantação do Socialismo Democrático: a nossa actividade incide também no sector do trabalho, onde, apoiando a Tendência Sindical Reformista Social-Democrata (TESIRESD), e lado a lado com trabalhadores de outras tendências (socialistas, democratas-cristãos, etc.), pugnamos por um Sindicalismo Democrático, autêntico e livre de tutelas partidárias. A nossa acção, porém, assume particular relevância no Movimento Associativo Estudantil. Neste sector, os jovens sociais-democratas, organizados a nível nacional na Tendência Estudantil Reformista (TER), recebem já hoje a adesão da grande maioria dos estudantes portugueses que desejam uma Reforma Democrática do Ensino e uma competente defesa dos seus interesses legítimos.

Somos pela acção discreta e construtiva. Não somos agitadores nem planetários! Repudiamos totalmente a pintura de paredes e outros actos de selvajaria. Qual é, então, a razão deste comunicado? Trata-se de fazer Justiça, de repôr a Verdade!

Fomos acusados pela União dos Estudantes Comunistas (UEC) de violência e de agressão a um militante dessa organização.

Quanto à alegada «agressão» o nosso militante apenas se defendeu das provocações do comunista. As testemunhas o dirão, a Justiça o confirmará!

Os comunistas utilizaram nas eleições para a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Vila Real de Santo António, a técnica da inventiva do «28 de Setembro»: as provocações, logo seguidas das calúnias e do terror. Tudo muito bem montado. A

propósito: o que faziam em Vila Real de Santo António, durante a campanha eleitoral, membros do Comité Central da UEC?

No comunicado da UEC somos apodados de nazis e acusados de violência. Toda a gente sabe que os sociais-democratas em todos os países do Mundo, e em todas as épocas, sempre tiveram uma prática de tolerância e respeito integral pela Dignidade, Direitos e Liberdades do Homem.

Toda a gente sabe que foram os militantes do Partido Social Democrata Alemão os principais adversários e vítimas da ditadura nazi.

Toda a gente sabe que foi a Rússia comunista que fez um pacto com Hitler para invadir e dividir a Polónia (o PC alemão apoiou).

Quanto à violência: Quem se poderá esquecer da invasão da Hungria em 1956, na qual as tropas comunistas da URSS mataram 20 000 pessoas em 2 dias nas ruas de Budapeste (os blindados metralhavam as manifestações populares e avançavam esmagando com as suas lagartas os que caíam por terra)?

Quem já se esqueceu dos milhares de presos políticos que apodrecem há quase 20 anos nas prisões de Cuba?

Quem já se esqueceu da invasão da Checoslováquia? (que os PC «portugueses» servilmente apoiaram).

E quem poderá ignorar os que morrem vítimas de trabalhos forçados em dezenas de campos de concentração espalhados pela União Soviética? E os sábios russos, que por quererem a Liberdade para o seu Povo, são considerados «dementes» e internados em falsas clínicas psiquiátricas onde são aniquilados lentamente por meio de drogas e outros «tratamentos»!

E o milhão de inocentes assassinados após a instalação de um regime comunista no Camboja?

E em Portugal? Quem poderá esquecer o «gonçalvismo» comunista com os seus saneamentos, 7 000 presos políticos sem culpa formada após o «28 de Setembro» (as prisões da antiga PIDE não chegavam, para a nova PIDE-COPCON foi necessário encher as prisões das comarcas de província);

Quem poderá esquecer as sevícias e torturas no RALIS e na PM?

E o «25 de Novembro»?

E quem poderá esquecer os milhares de portugueses traídos e assassinados em Angola, Moçambique e Timor graças à «descolonização exemplar» que nos foi oferecida pelos marxistas?

E em Vila Real de Santo António, o que se passou recentemente? — Bandos de comunistas fizeram «esperas» nocturnas a elementos da JSD isolados e agrediram-nos. Provocaram, caluniaram e tentaram impor o terror.

Mas não o conseguiram. Não o conseguirão. Porque a RAZÃO está connosco.

Porque os reaccionários (aqueles que se opõem à evolução histórica da Humanidade para um estágio superior de Liberdade, Dignidade e Justiça Social) quer sejam de direita ou de esquerda, serão inexoravelmente vencidos.

Serenamente, pacificamente, sem medo e VENCENDO TODAS AS PROVOCAÇÕES, a JSD continua a trabalhar e a crescer!

Abaixo o terror comunista!

Viva a Liberdade!

Viva a Democracia!

Faro, 10 de Março de 1979.

A Comissão Política Distrital de Faro da Juventude Social Democrática

Reestruturação da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve

De harmonia com a legislação recém publicada relativamente à reestruturação da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, foram nomeados acesores técnicos do Director do referido estabelecimento formativo, Horácio Cavaco Guerreiro, os técnicos do Centro Nacional de Formação Turística e Hotelaria, Esteban Medel do Carmo e Álvaro Paulino Revaz.

O nosso conterrâneo Horácio Cavaco Guerreiro, leccionará inclusivamente a cadeira de «Introdução ao Turismo», e Álvaro Revaz, «Teoria e Prática de Recepção», exercendo ambos os seus misteres respectivamente em Faro e Portimão.

Ao professor da mesma Escola, padre António José Pereira Coelho, foi atribuída a incumbência de orientar a biblioteca.

Infracções de trânsito em Fevereiro-79

— Informação do Comando da PSP de Faro

Segundo comunicado do Comando da PSP de Faro, durante o mês de Fevereiro findo, através de várias operações de stop e fiscalizações de rotina, foram detectadas 581 transgressões ao Código de Estradas e seu Regulamento.

As infracções mais avultadas foram as seguintes: 182 por estacionamento irregular, 110 por desobediência à sinalização, 40 por falta de apresentação de livrete, 40 por falta de licença de luz e 22 por falta de apresentação de carta.

Voto de congratulação do Grupo Parlamentar da APU aprovado pela Assembleia Municipal de Loulé

Da Assembleia Municipal do Concelho de Loulé, recebemos, com pedido de publicação, o texto do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar da APU, o qual foi aprovado numa das suas sessões.

Eis o conteúdo do referido voto:

«A APU, não se demitindo de manifestar aqui a sua crítica pela morosidade verificada na instalação do Conselho Municipal, cuja constituição se encontra aprovada desde Abril de 1978 por esta Assembleia, manifesta hoje o seu regozijo por este órgão ter sido finalmente constituído, facto pelo qual todos aqueles que estão interessados na democratização da Administração local portuguesa, se devem também congratular.

A APU, saúda todos os elementos que constituem aquele órgão desejando que o seu trabalho seja um contributo valioso para a democratização da gestão autárquica deste Concelho de Loulé».